



| CÂMARA MUNICIPAL |            |         |
|------------------|------------|---------|
| - MOCOCA -       |            |         |
| PROTOCOLO        |            |         |
| NÚMERO           | DATA       | RÚBRICA |
| 2869             | 01/10/2014 |         |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

### GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

Of. nº 1.268/2014

MOCOCA, 30 de setembro de 2014.

Senhor Presidente:

Pelo presente, encaminhamos o anexo Projeto de Lei para análise e votação dessa Douta Câmara, nos termos do artigo 39 da Lei Orgânica do Município, em caráter de urgência urgentíssima e em Sessão Extraordinária, se necessário, pelos seguintes motivos:

Visa o presente Projeto de Lei alterar a Lei nº 3.925/09 que instituiu a política Municipal de Proteção aos Mananciais de água destinados ao abastecimento público, para adequá-la à Resolução SMA nº 20, de 14 de março de 2014, que rege os parâmetros para avaliação dos Planos Municipais de Meio Ambiente no âmbito do Programa Município Verde-Azul.

Nestes termos, há necessidade de acrescentar um parágrafo ao artigo 2º da lei municipal para identificar que os mananciais de abastecimento público de águas do Município de Mococa são, o Rio Canoas e o poço artesiano de abastecimento subterrâneo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

### **GABINETE DA PREFEITA**

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

---

Além disso, também se faz necessário acrescentar um novo artigo para especificar as diretrizes relativas à forma de proteção dos mananciais de abastecimento público de águas do Município de Mococa.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

**MARIA EDNA GOMES MAZIERO**  
**Prefeita Municipal**

**Exmo. Sr.**  
**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa**  
**MOCOCA-SP**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

## **GABINETE DA PREFEITA**

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

---

### **PROJETO DE LEI Nº <sup>078</sup> de 30 de Setembro de 2014**

*Altera a Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, que institui a Política Municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público.*

**MARIA EDNA GOMES MAZIERO**, Prefeita Municipal de Mococa,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia....., aprovou Projeto de Lei nº...../14, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta o parágrafo único no artigo 2º e o artigo 3º-A na Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009.

Art. 2º. Fica acrescido o parágrafo único no artigo 2º da Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único. Os mananciais de abastecimento público de águas do Município de Mococa são:*

*I – Rio Canoas;*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

## **GABINETE DA PREFEITA**

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

---

*II – Poço artesiano de abastecimento subterrâneo”.*

Art. 3º. Fica acrescido o artigo 3º-A na Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

*“Art. 3º-A. O Poder Executivo observará as seguintes diretrizes como forma de proteção do Manancial de Abastecimento Público de Água:*

*I – Elaboração e implantação de uma Política Municipal de Gestão de Águas;*

*II – Efetivar parcerias com os produtores rurais, empresas e municípios limítrofes, com vistas à proteção do Manancial de Abastecimento Público de Água, localizado no Rio Canoas;*

*III – Firmar convênios com órgãos públicos objetivando a proteção dos recursos hídricos e do abastecimento de água;*

*IV – Fomentar campanhas educacionais para evitar o desperdício de água;*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

## **GABINETE DA PREFEITA**

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

---

*V – Promover o desenvolvimento tecnológico, treinar e capacitar o pessoal envolvido na gestão dos recursos hídricos em seus diversos segmentos, por meio do Plano de Bacia do Pardo;*

*VI – Promover a articulação interinstitucional com a participação e a parceria do setor privado;*

*VII – Ampliar as ações de proteção e controle de cargas poluidoras difusas, tais como, insumos agrícolas, extração mineral e erosão, dentre outras;*

*VIII – Ampliar as ações de licenciamento e fiscalização visando assegurar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas de abastecimento público;*

*IX – Elaborar planos e projetos específicos visando ao controle de eventos hidrológicos extremos;*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

## GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567  
Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

*X – Desenvolver um sistema de informatização em recursos hídricos, referente às medidas de proteção do Manancial de Abastecimento Público do Rio Canoas”.*

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

**MARIA EDNA GOMES MAZIERO**  
Prefeita Municipal

**APROVADO**

Em 1ª Discussão por UNAN.  
Sessão 16/03/2015

**Luiz Braz Mariano**  
PRESIDENTE

**APROVADO**

Em 2ª Discussão por UNAN.  
Sessão 23/03/2015

**Luiz Braz Mariano**  
PRESIDENTE



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.925, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

*Institui a Política Municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público e dá outras providências.*

**DR. ANTÔNIO NAUFEL**, Prefeito Municipal de Mococa,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão Extraordinária realizada no dia 31 de agosto de 2009, aprovou Projeto de Lei nº 118/2009, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei tem por finalidade a proteção e a recuperação da qualidade ambiental dos mananciais de interesse municipal para abastecimento das populações atuais e futuras.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, consideram-se mananciais de interesse municipal as águas interiores subterrâneas, superficiais, fluentes, emergentes ou em depósito, efetiva ou potencialmente utilizáveis para o abastecimento público.

Art. 3º - O Município de Mococa declara como prioritária, as ações de preservação da água para o abastecimento público em detrimento de qualquer outro interesse.

Art. 4º - A regulamentação das áreas de interesse de proteção de manancial municipal será regida pelas disposições desta Lei e dos regulamentos dela decorrentes, observadas as legislações Estadual e Federal para o atendimento dos seguintes objetivos:

I - Proteger e recuperar os mananciais de interesse municipal e regional;

II - Estabelecer condições para assegurar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas para abastecimento da população atual e futura;

III - Adequar os programas e políticas setoriais, especialmente de habitação, transporte, saneamento e infra-estrutura, e estabelecer diretrizes e parâmetros de ordenamento territorial para assegurar a proteção dos mananciais de interesse municipal e regional;

IV - Compatibilizar as licenças municipais de parcelamento do solo, de edificações e de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais com as exigências necessárias para o proteção, seja do aspecto quantitativo, como qualitativo, dos recursos hídricos existentes e com os procedimentos de licenciamento ambiental e outorga de uso da água estabelecidos pelos órgãos estaduais competentes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.925, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.

V - Proibir o lançamento de efluentes urbanos e industriais, sem o devido tratamento, em qualquer corpo de água, nos termos do artigo 208, da Constituição do Estado de São Paulo.

VI - Promover a adequada disposição de resíduos sólidos, de modo a evitar o comprometimento dos recursos hídricos;

VII - Disciplinar os movimentos de terra e a retirada da cobertura vegetal, para prevenir a erosão do solo, o assoreamento e a poluição dos corpos de água;

VIII - Zelar pela manutenção da capacidade de infiltração da água no solo, em consonância com as normas federais e estaduais de preservação dos seus depósitos hídricos naturais;

IX - Registrar, acompanhar e manter atualizado um cadastro de usuários de água, incluindo os de águas minerais, termais, gasosas e potáveis de mesa;


X - Promover uma gestão participativa, integrando setores interessados, bem como a sociedade civil;

Art. 5º - Deverão os proprietários de imóveis urbanos e rurais, manter as dividas com vias públicas limpas, evitando a obstrução total ou parcial da drenagem e escoamento de águas pluviais.

Art. 6º - A empresa concessionária de abastecimento de água é responsável pelo estabelecimento da Área de Proteção de Poços e Outras Captações, nos termos dos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual nº 32.955, de 07-02-1991.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 03 de setembro de 2009.

  
DR. ANTONIO NAUFEL  
Prefeito Municipal





**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**PROCESSO Nº. 1.118/2014.**

**PROJETO DE LEI Nº.078/2014.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**DESPACHO**

Nos termos do art. 231, §1º., “a” e “b” c.c. art.110, parágrafo único, todos do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

Câmara Municipal de Mococa, 06 de outubro de 2014.



---

**Guilherme de Souza Gomes**  
Presidente



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 1.118/2014.**


**PROJETO DE LEI Nº.078/2014.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA.**

**RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

DATA DO RECEBIMENTO: 10 / 10 / 2014.


PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão

**NOMEAÇÃO DE RELATOR**

NOME: Francisco S.G. Fernandes.

DATA DA NOMEAÇÃO: 10 / 10 / 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

## PARECER JURÍDICO Nº 038/2014

|               |   |
|---------------|---|
| REFERÊNCIAS:  | <i>Projeto de Lei nº 078/2014. Altera a Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, que institui a Política Municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público. Considerações.</i> |
| INTERESSADOS: | <i>Prefeita Maria Edna Gomes Maziero (autora) e Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes (relator).</i>   |

Trata-se de projeto que, em linhas gerais, aprimora legislação já existente, visando a uma proteção mais efetiva do meio ambiente, em especial dos mananciais de água do Município, nitidamente ameaçados pela longa estiagem.

A propositura está em consonância com o disposto nos artigos **23, VI** (competência comum para proteção do meio ambiente); **art. 31, I e II** (interesse local e suplementar a legislação) e **225** (proteção ao meio ambiente), todos da **Constituição da República**; cuja essência também se reproduz em nossa Lei Orgânica.

Com efeito, é pacífico o entendimento de que – em relação à proteção do meio ambiente e observadas as particularidades locais – pode o Município estabelecer regras mais rígidas que aquelas traçadas pela União e pelos Estados.

Destarte, sem prejuízo de esclarecimentos mais aprofundados, opino FAVORAVELMENTE pela aprovação do projeto.

S.M.J., é o parecer.

Mococa, 22 de outubro de 2014.

Donato César A. Teixeira  
Procurador Jurídico  
OAB/SP 238.618



## **PARECER**

Nº 2856/2014<sup>1</sup>

- CL – Competência Legislativa Municipal. Política municipal de proteção ao meio ambiente. Balizamentos.

### **CONSULTA:**

A Câmara consulente indaga sobre a constitucionalidade de Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo, que institui a política municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público.

A Consulta veio documentada.

### **RESPOSTA:**

A Carta Constitucional assegura a todos, no seu art. 225, um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo à coletividade e ao Poder Público, as obrigações de defendê-lo e preservá-lo. Outrossim, foi estabelecida no artigo 24, VI da Carta Magna a competência concorrente de todos os entes federativos para legislar sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

O Município tem competência para legislar sobre questões ambientais, abarcando matéria afeta ao meio ambiente aquático, obedecido o critério do interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, nos termos do incisos I e II do art. 30 da Constituição Federal.

Cumpre, neste aspecto, enfatizar que a competência municipal para legislar sobre direito ambiental encontra-se associada ao **interesse local**. Registre-se, também, que esta competência para editar normas

<sup>1</sup>PARECER SOLICITADO POR DONATO CÉSAR ALMEIDA TEIXEIRA, PROCURADOR JURÍDICO - CÂMARA MUNICIPAL (MOCOCA-SP)

ambientais, que atendam ao interesse local, não se confunde com a competência para fiscalizá-las.

Portanto, embora a competência constitucional material comum justifique uma atuação fiscalizatória conjunta dos órgãos dos diferentes níveis federativos, no que concerne à atividade de normatização, as principais normas que regem a atividade da pesca em âmbito federal, tutelam o meio ambiente aquático e possuem tratamento homogêneo, sendo certo que ao município caberá suplementá-las com base em especificidades locais, não podendo tal regramento redundar em negativa da legislação existente, tampouco redução do seu grau de proteção.

Note-se que a despeito da existência de arcabouço jurídico protetivo do meio ambiente aquático, o qual o município deve observar, não há vedação para que, no caso concreto, determinada questão ambiental seja identificada como uma necessidade imediata do Município que poderá tomar medidas a respeito, desde que: (i) esteja presente peculiar interesse local; (ii) estabeleça maior proteção ao meio ambiente aquático local (princípio da maior proteção) e (iii) não contrarie arcabouço jurídico existente.

Ainda, tais medidas sempre poderão ser revistas à medida que novos estudos técnicos e científicos forneçam melhores subsídios.

Noutro giro, tendo em vista que se trata de propositura oriunda do próprio Executivo, inexistente óbice à criação de dever concreto a órgãos executivos. Ao contrário, se isere dentre as suas atribuições típicas as medidas encampadas no art. 3º deste PL (mais especificamente na redação que acresce ao art. 3º-A, I, II, III), tais como a instituição de Programa de governo, a realização de convênios ou regimes de parceria com produtores rurais empresas ou municípios vizinhos, bem como o fomento no âmbito de uma política educacional.

Com efeito, a tutela do meio ambiente mostra-se como uma das maiores preocupações da atualidade. Neste contexto, a água revela-se como um dos recursos naturais mais importantes, cuja utilização deve ser feita de maneira a não comprometer o seu uso para as gerações futuras. Afora diversos Acordos Internacionais, em âmbito interno registre-se a

existência de Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)- Lei 9.433/1997, Política Nacional de Mudança do Clima - Lei 12.187/2009, Política Nacional de Resíduos Sólidos- Lei 12.305/2010, Lei 11.445/2007, dentre outras).

A Política Nacional de Recursos Hídricos fundamenta-se, basicamente, no fato da água ser um recurso natural limitado e dotado de valor econômico. Recentemente, com vistas a fomentar o uso racional deste valioso recurso hídrico a Lei federal nº 12.862/2013 inseriu novas diretrizes Lei nº 11.445/2007, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água prevendo, genericamente, medidas direcionada aos gestores públicos, aos delegatários e prestadores de serviço, bem como à própria coletividade, destacando-se a necessidade de uma educação ambiental voltada ao desenvolvimento de métodos economizadores de água.

Note-se que a norma geral prevê um patamar mínimo, a partir do qual os Municípios devem constituir, na medida de suas peculiaridades, arcabouço jurídico protetivo, devendo portanto, tais desdobramentos serem devidamente implementados em âmbito municipal, exigindo esforço conjunto, o que inclui governos instituidores de políticas públicas junto com a iniciativa privada.

Em síntese, conclui-se que inexistente óbice para a tramitação da propositura em apreço.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho  
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves  
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2014.





**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**REFERÊNCIA** :- Projeto de Lei nº078/2014.

**INTERESSADA** :- Prefeita Maria Edna Gomes Maziero

**ASSUNTO** :- Altera a Lei nº. 3.925, de 03 de setembro de 2009, que institui a Política Municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público.

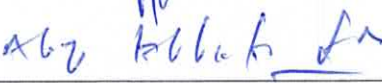
**RELATOR** :-

Como Relator da matéria acima epigrafada, dentro das atribuições desta Comissão e, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que não há inconstitucionalidade, ilegalidade e nem outros óbices que impeçam sua aprovação, posto que a mesma vai de encontro ao interesse público, sendo assim, manifesto **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões José Luiz Cominato, 16 de março de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
**Relator**

+   
\_\_\_\_\_

+   
\_\_\_\_\_



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

Fls. 1

**AUTÓGRAFO Nº 017 DE 2015.**

PROJETO DE LEI Nº.078/2014.

*Altera a Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, que institui a Política Municipal de proteção aos mananciais de água destinados ao abastecimento público.*

Art. 1º. Esta Lei acrescenta o parágrafo único no artigo 2º e o artigo 3º-A na Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009.

Art. 2º. Fica acrescido o parágrafo único no artigo 2º da Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único. Os mananciais de abastecimento público de águas do Município de Mococa são:*

*I – Rio Canoas;*

*II – Poço artesiano de abastecimento subterrâneo”.*

Art. 3º. Fica acrescido o artigo 3º-A na Lei nº 3.925, de 03 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

*“Art. 3º-A. O Poder Executivo observará as seguintes diretrizes como forma de proteção do Manancial de Abastecimento Público de Água:*

*I – Elaboração e implantação de uma Política Municipal de Gestão de Águas;*

*II – Efetivar parcerias com os produtores rurais, empresas e municípios limítrofes, com vistas à proteção do Manancial de Abastecimento Público de Água, localizado no Rio Canoas;*

*III – Firmar convênios com órgãos públicos objetivando a proteção dos recursos hídricos e do abastecimento de água;*